ARTIGO 4.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos, e corresponde à soma de uma quota no valor de trezentos e quarenta mil escudos, pertencente ao sócio Salvador de Jesus dos Santos, uma quota no valor de quarenta mil escudos pertencente ao sócio Carlos Humberto Marques Cristina e outra no valor de vinte mil escudos pertencente à sócia Rosa Maria Martins da Rocha Vaz Martins.

2 — Só por deliberação unânime de todos os sócios poderão ser exigíveis prestações suplementares de capital, até ao montante global de um milhão de escudos.

3 — Qualquer sócio poderá fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que forem estabelecidos em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

1 — É livre a cessão de quotas entre os sócios.

2 — A cessão de quotas a terceiros depende da autorização escrita da sociedade, à qual, em primeiro lugar, e aos sócios não cedentes, em segundo, fica conferido o direito de preferência.

3 — Para efeito do disposto no número anterior, o sócio que pretender ceder a sua quota notificará, por escrito, a sociedade da sua intenção, mencionando e identificando o respectivo cessionário, bem como o preço ajustado, o modo como ele será satisfeito e as demais condições estabelecidas.

4 — Nos 30 dias subsequentes à recepção da comunicação referida no número anterior, proceder-se-á à reunião da assembleia geral, onde se decidirá se a sociedade deseja ou não exercer o direito de preferência, adquirindo para si a mencionada quota, pelo preço e condições constantes da notificação.

5 — Caso a sociedade não pretenda exercer, ela própria, o direito de preferência, os sócios não cedentes deverão declarar, nessa mesma reunião, se pretendem exercer eles esse direito, nas mesmas condições em que o faria a sociedade.

6 — A declaração de intenção de exercício do direito de preferência, quer pela sociedade quer por um dos sócios não cedentes, ou, no caso de não ser exercido esse direito, a decisão de autorização de cessão de quota, deverá ser transmitida ao cedente através de carta registada, no prazo de oito dias, contados da data da realização da assembleia geral.

7 — Decorridos 45 dias desde a data da comunicação referida sob o número três deste artigo, sem que a sociedade tenha transmitido ao cedente qualquer decisão, considera-se deferido o pedido de autorização e renunciados os direitos de preferência, podendo o sócio celebrar o negócio anunciado.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência e a administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, compete aos gerentes eleitos em assembleia geral, pelo prazo e condições que nela vierem a ser estabelecidos.

2 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Salvador de Jesus dos Santos.

3 — Para que a sociedade fique validamente obrigada em todos os seus actos e contratos, incluindo os de compra e venda e aluguer de veículos automóveis, é suficiente a intervenção de um gerente.

4 — A gerência poderá constituir mandatários, nos termos do artigo 252.º do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, nos seguintes casos:

a) Se a mesma quota for arrestada, arrolada, penhorada ou, de algum modo, envolvida em qualquer processo judicial onde possa vir a ser alienada coercivamente;

b) Se ao seu titular forem imputados factos gravemente violadores das suas obrigações para com a sociedade ou nocivos dos interesses sociais;

c) Se a quota for cedida em contravenção do disposto no artigo 5.º

2 — A amortização será deliberada no prazo de 90 dias, contados da data de verificação de qualquer dos factos que lhe derem causa ou do seu conhecimento pela sociedade.

3 — O preço da amortização, nos casos referidos nas alíneas b) e c) do número um, salvo acordo em contrário, será o valor nominal da quota, acrescido ou diminuído da importância que proporcionalmente lhe corresponder nos fundos sociais ou nos prejuízos acumulados, e acrescido ou diminuído da parte dos lucros ou prejuízos do exercício decorrente, calculados em relação ao tempo, tudo em conformidade com o último balanço aprovado.

4 — O preço da amortização será pago em duas prestações de igual montante, vencendo-se a primeira no acto da amortização e a segunda no prazo de seis meses.

ARTIGO 8.º

As assembleias gerais, quando a lei não impuser forma especial de convocação, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, para as moradas constantes dos registos sociais, com a antecedência mínima de 20 dias.

Está conforme o original.

9 de Fevereiro de 1995. — A Primeira-Ajudante, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 3000220775

GLOFIL, SERIGRAFIA, L.ª

Sede: Alameda do Fujacal, 42, Braga (São José de São Lázaro), Braga

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 3568; identificação de pessoa colectiva n.º 502725249; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 3; números e data das apresentações: 03 e 04/940628.

Certifico que foi efectuado o registo de cessação das funções de gerente de Filipa Carla Roriz Teixeira e Silva, por renúncia, e ainda o registo da nomeação de gerente de João da Cunha Marques.

24 de Fevereiro de 1995. — A Primeira-Ajudante, *Maria Teresinha da Cunha Dias Pereira*. 3000220821

PENHORES DO NORTE, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 4935; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 08/960209.

Certifico que a sociedade em epígrafe, constituída entre Arlindo Júlio da Silva Ferreira, solteiro, maior, e Maria José Mestre Castro, divorciada, se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade continua a adoptar a firma Penhores do Norte, L.ª, e tem a sua sede na Avenida do General Norton de Matos, 32, 2.º, sala H, freguesia de Braga (São Vicente), desta cidade.

2 — Por simples deliberação da gerência a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a indústria de empréstimos sobre penhores.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quinhentos e vinte mil escudos, e corresponde à soma de duas quotas iguais de duzentos e sessenta mil escudos cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Arlindo Júlio da Silva Ferreira e Maria José Mestre Castro.

ARTIGO 4.º

Na cessão de quotas, total ou parcial, mesmo entre sócios carece do consentimento da sociedade à qual, em segundo lugar e aos sócios não cedentes, em primeiro, é reservado o direito de preferência.

1 — Para o exercício dos direitos de preferência, previstos no corpo deste artigo, o sócio que pretender alienar onerosamente a sua quota, no todo ou em parte, transmitirá a sua vontade aos restantes sócios e à gerência da sociedade, por meio de cartas registadas com aviso de recepção, indicando as condições em que pretende efectuar a cessão e todas as responsabilidades das quais se pretende exonerar e cada um dos preferentes, por sua vez, comunicará àquele, pela mesma forma e dentro da respectiva carta, se pretendem adquirir a quota nas condições referidas.

2 — A cessão onerosa de quotas, total ou parcial, a estranhos apenas é permitida no caso de nenhum sócio nem a sociedade exercerem os respectivos direitos de preferência, nos termos e condições do corpo e do número um deste artigo.

3 — No caso de cessão gratuita de quotas, total ou parcial, os sócios, em primeiro lugar e a sociedade em segundo, têm direito de preferência, o qual será exercido pelo valor da quota resultante de um balanço efectuado para o efeito.

4 — Ao direito de preferência consignado neste artigo é atribuída eficácia real, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 421.º do Código Civil.

ARTIGO 5.º

1 — A gerência da sociedade é exercida por ambos os sócios que desde já são nomeados gerentes.